

PMSPA
Proc. nº
Folha nº
FOIIId II-
Rub

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018

PROCESSO Nº 957/2017

DATA DA REALIZAÇÃO: 12/04/2018

HORÁRIO: 09:30hs.

LOCAL: Rua Marques da Cruz, nº 61 - Centro - São Pedro da Aldeia - RJ.

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, representada pelo Pregoeiro designado pela Portaria SEMAD nº 001, de 02 de janeiro de 2018. **O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 82 da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 1º do **Decreto nº. 154 de 29 de novembro de 2013** torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL pelo regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço Global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Educação

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei Federal n.º. 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá integralmente o Decreto 100, de 18 de agosto de 2006, que regulamenta a modalidade Pregão no Município de São Pedro da Aldeia – RJ, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante, nas seguintes condições:

RETIRADA DO EDITAL: este Edital poderá ser retirado de 26/03/2018 a 11/04/2018, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, das 09:00 h às 17:00 h.

CREDENCIAMENTO: o Credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar da licitação será realizado a partir das 09:30 horas, do dia 12/04/2018.

SESSÃO PÚBLICA: a sessão pública, para o recebimento dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇO e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será às 09:30, e a abertura dos invólucros com as propostas de que trata a alínea acima será às 09:30 horas, do dia 12/04/2018. Local: Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ.

I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de capina, poda de árvores, roçado em terreno de vegetação pouco densa e média densidade, limpeza de galhos secos e corte de material proveniente de poda, varredura e de limpezas diversas na rede de Ensino de São Pedro da Aldeia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá de acordo com as seguintes Dotações: Dotação: 090000.12.122.001.1.20103 Elemento de Despesa: 3390399900 Ficha 487; Dotação: 090000.12.361.026.1.12601 Elemento de Despesa: 3390399900 Ficha 527 e Dotação: 090000.12.361.026.24.12601 Elemento de Despesa: 3390399900 Ficha 528, da Secretaria Municipal de Educação.
- 2.2 O valor global estimado é de R\$ 297.756,36 (Duzentos e noventa e sete reais, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Somente poderão participar da presente licitação as empresas que, legalmente constituídas, comprovarem possuir em seu contrato social, objetivo pertinente ao objeto licitado, demonstrando ainda ter habilitação, qualificação técnica, econômica, financeira, regularidade fiscal, e que atenda a todas as condições e exigências deste Edital, devendo apresentar documentação e proposta que atendam integralmente o seu objeto, **ficando vedada à participação daquelas que:**
- A) Estejam suspensas temporariamente pela Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- B) Estejam Incursas na pena do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- C) Estejam sob falência declarada, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- D) Estejam declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, nos níveis federal, estadual ou municipal;
- E) Sejam estrangeiras, exceto quando ocorrer o atendimento ao disposto no inciso V, do art. 28, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- F) Estejam incursas numa das hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993:
- G) Estejam reunidas em Consórcio;
- G.1) A não participação de Consórcios se faz devido à natureza do objeto e ao valor a ser contratado.
- H) Estejam em concordata.
- I) Propostas com valor global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 48, inciso II) da Lei Federal nº 8666/93;



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

3.2 – As Licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente Licitação e dos locais onde serão entregues os itens contratados, devendo verificar as condições atuais e saber das condições futuras previstas, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do Contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Credenciamento é condição obrigatória para participação na fase de lances deste pregão, devendo os interessados apresentar, ao pregoeiro, os seguintes documentos:
- a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida em cartório, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.2 O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, podendo cada um representar apenas uma empresa.
- 4.4 Os licitantes deverão credenciar seus representantes legais mediante a apresentação de termo redigido em conformidade com as informações solicitadas no modelo de credenciamento **Anexo III** ao presente Edital, datado, assinado e carimbado pelo responsável legal.
- 4.5 A ausência da Carta de Credenciamento, conforme previsto neste instrumento convocatório, não impede a participação da licitante, mas obsta a manifestação do representante.
- 4.6 Após o último participante presente ser credenciado, estará encerrado o credenciamento. Somente os licitantes credenciados se manifestarão durante o certame.
- 4.6.1 Após a fase de credenciamento, na eventualidade de ainda se apresentar licitante, desde que não tenha iniciado a fase de lances, será aceita a sua participação no certame, ficando, no entanto impedido de participar da fase de lances e de responder pela empresa que representa.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação **Anexo IV**, deverá ser apresentada fora de qualquer dos Envelopes.
- 5.2 Não serão aceitas as propostas dos licitantes que não apresentarem a declaração referida no subitem acima, ficando estes, portanto, impedidos de participar das fases subsequentes.

VI - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - As propostas e os documentos para habilitação deverão ser apresentados no ato do credenciamento, acompanhados da declaração prevista no subitem 5.1, simultaneamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - Proposta

Pregão nº 012/2018 Processo nº 957/2017 Nome completo e endereço do licitante CNPJ:

Envelope nº 02 - Habilitação

Pregão nº 012/2018 Processo nº 957/2017 Nome completo e endereço do licitante CNPJ:

- 6.2 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante;
- 6.3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 6.4 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da certidão de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela respectiva Junta Comercial, para fins de habilitação, deverá informar na proposta inicial de preço, o seu regime de tributação para valer o direito de prioridade no desempate (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 de dezembro de 2006), sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar o direito e tais benefícios.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE № 01- PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Elaborada em Papel Timbrado da Empresa proponente, digitada em via única, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinada por representante legal da Empresa;
 - b) Nome, endereço, CNPJ
 - c) Número do processo e do Pregão;
 - d) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação bem como marca do produto / serviço, em conformidade com as especificações do anexo II deste Edital;
 - e) Preço unitário, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurados à data do orçamento, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
 - f) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 7.2 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 7.3 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, dentro do prazo de validade da proposta.

VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE № 02- "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

8.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade dos Sócios
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem.
- e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" deste subitem 8.1.1 não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- 8.1.1.2 Certidão Simplificada, expedida pela respectiva junta Comercial de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (somente para as empresas cadastradas como tais e que assim declararem na proposta de preços para obter os benefícios da Lei Complementar 123/2006), com data de expedição não superior a 120 (cento e vinte) dias de realização do Pregão.

8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 29, II da Lei Federal 8666/93).
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (abrangendo a Seguridade Social), Fazenda Estadual e Fazenda Municipal, (todas da sede do licitante) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos. (Art. 29, III e IV da Lei Federal 8666/93)
- d) Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- e) Comprovação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2° do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal n° 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 29, IV e V da Lei Federal 8666/93).



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- f) Declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não praticando ilícitos trabalhistas em face de trabalhadores menores, em obediência a Lei nº 9.854/99, e proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- g) Para efeitos deste item, serão aceitas as Certidões Positivas com efeitos de Negativas, na forma do art. 206 Código Tributário Nacional CTN.
- h) No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme preconizado no Art. 43, da Lei Complementar nº 123/06. A falta de regularização da documentação no prazo previsto acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

 a) Atestado (s) ou certidão (ões), em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior do objeto licitado, em qualquer quantidade;

8.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta o qual deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Solvência Geral (SG) igual ou maior do que 1 (um), calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade mediante assinatura e a indicação de seu nome e do número de registro no Conselho Regional/Federal de Contabilidade, através das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
ILG =	>= 1
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

	ATIVO CIRCULANTE		
ILC =		>= 1	
	PASSIVO CIRCULANTE		
SG =	ATIVO TOTAL	>= 1	
-	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	/- 1	

- b- Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômica financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.
- c- As empresas que apresentarem resultado menor que 1,00 (um) em quaisquer dos índices apurados, deverão comprovar, para fins de habilitação, ter capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ainda, ser solicitada prestação de garantia, na forma do parágrafo 1º do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.
- d- Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índice de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral, iguais ou superiores a 1,00 (um), conforme modelo em anexo, ou não puder comprovar a disponibilidade de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.
- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas;

8.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração – Anexo VI.
- b) Carteira do Contador emitida pelo órgão competente.

IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 9.1 No horário e local indicados no preâmbulo do presente edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.2 Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV** deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
FOIIId II-
Rub

- 9.2.1 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 9.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) Que apresentem oferta de vantagens não previstas neste Edital.
 - c) As propostas que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
 - d) Que apresentarem preços unitários e/ou globais superiores aos expostos na Planilha de Composição de Preços, anexo II deste edital.
 - e) Serão inexequíveis, aqueles que não demonstram viabilidade através de documentação, comprovando que os custos dos materiais ou dos serviços são coerentes com os de mercado ou com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem o parágrafo terceiro do artigo 44 da Lei Federal 8.666/93.
- 9.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado. Havendo divergência entre o valor unitário e total, serão tomados como corretos os preços unitários, sendo estes considerados para apuração do valor da proposta.
- 9.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 9.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances verbais e sucessivos, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;
 - b) Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

- 9.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço por Item.
- 9.5 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- 9.6 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, exceto a de lance de menor valor.
- 9.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas na ordem crescente dos valores, com indicação da proposta de menor preço global.
- 9.8 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9.9 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.9.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 9.10 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.11 Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será declarado vencedor do certame.
- 9.12 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 9.13 Verificando-se no curso da análise o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 9.14 O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48, da lei 9.648 de 1998.

X - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- 10.1 Via de Regra, no caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2° do art. 3° da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 10.2 No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entender-se-á como empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado por empresa que não seja ME ou EPP (§ 1º e 3º, art. 5º da Lei nº 123/06).



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- 10.3 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor (Inc I, § 4º) da Lei 8.666/93.
- 10.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (Inc III, § 4º) da Lei 8.666/93.

XI - DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Declarado vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao vencedor;
- 11.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão e encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 11.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;
- 11.5 O recurso terá efeito suspensivo apenas ao item em questão e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6 A adjudicação será feita pelo valor unitário, conforme disposição em mapa de julgamento que integrará a ata de julgamento.

XII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 - O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de início dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

XIII – RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1 - Por ocasião da execução do objeto, a Contratada deverá colher no comprovante, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pela fiscalização.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- 13.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando a correção do que for necessário, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- c) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 13.3 Executado o contrato, o objeto será recebido:
- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
- b) definitivamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que compor a adequação ao objeto e aos termos contratuais, observando o disposto no Art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

XIV - DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará a Secretaria Municipal de Educação, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, em 03 vias, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço.
- 14.2 Os pagamentos serão efetuados pela PMSPA, através da conta corrente da empresa, pelo setor de Tesouraria, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado a execução dos serviços.
- 14.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.
- 14.4 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.
- 14.5 O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e, após, protocolizado na Secretaria Municipal de Educação. Verificados erros no preenchimento da nota fiscal/fatura, será fixado novo prazo de até 30 (trinta) dias, que será contado a partir da nova apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.



PMSPA
Proc. nº
Salka va
Folha nº
Rub.
Nub

XV - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO.

- 15.1 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de ato praticado pela Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) à título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação, e a data do efetivo pagamento.
- 15.2 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado "*pro rata die*" entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

XVI – DA REVISÃO E REAJUSTE

- 16.1 A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se aos Contratantes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 16.2 O critério de reajuste obedecerá ao índice do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

XVII - DA RESCISÃO

- 17.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.2 Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, do mesmo diploma legal.

XVIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 De acordo com o que preconiza o Art. 81, da lei 8.666/1993, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
 - I Advertência;



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- II Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3 A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 18.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.5 A penalidade por multa será:
 - I de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
 - II de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
 - III de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
- 18.6 O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.
- 18.7 O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

 A) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações e os termos de sua proposta;



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
FOIIId II-
Rub

- B) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- C) Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- D) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- E) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- F) Estabelecer junto à Contratada qual o horário de execução dos serviços, devendo, em princípio, coincidir como o horário de funcionamento de cada estabelecimento.
- G) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- B) Reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou dos materiais empregados, a critério da administração;
- C) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta e os pressupostos do termo de Referência;
- Arcar com a responsabilidade civil e/ou criminal por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- E) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, e os equipamentos a serem por eles empregados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- F) Apresentar à contratante, a relação nominal dos empregados que adentrarão os estabelecimentos da rede escolar, para execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá da empresa;
- G) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere suas responsabilidades à Administração Pública Municipal;
- H) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), das unidades escolares, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas, quando for o caso;
- Relatar ao Departamento de Infraestrutura da SEMED, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- J) Não se utilizar nem permitir o emprego de menor nas atividades;
- K) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal, Fazenda Estadual e fazenda



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIPE com informações de tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

- L) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- M) Arcar com ônus decorrentes de eventual equivoca no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do Parágrafo 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

XX - DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração da SEMED.
- 20.2 À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Termo.
- 20.3 A Contratada submeter-se-á a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega ou realização do serviço.
- 20.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

XXI - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 - Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e pela Lei nº 10.520/2002, bem como as demais legislações pertinentes.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

- 22.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes, sendo as recusas ou impossibilidades de assinaturas registradas expressamente na própria ata.
- 22.3 Todos os documentos de habilitação e propostas, oriundos dos envelopes que forem abertos na sessão, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, bem como aqueles envelopes que porventura fiquem em poder da Comissão.
- 22.4 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 22.4.1 Os esclarecimento que por ventura se façam necessários poderão ocorrer diretamente com o Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, através do telefone (22) 2621-7098 ou através do e-mail: compras@pmspa.rj.gov.br.
- 22.4.2 As impugnações deverão dar entrada no Departamento de protocolo da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, de segunda a sexta-feira, das 09:00hs às 16:30hs, nos dias de expediente normal, respeitando-se os prazos previstos no §6º, do art. 109 da Lei 8.666/1993.
- 22.5 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 22.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 22.7 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, na forma do §3º, do Art. 43, da Lei 8.666/1993.
- 22.8 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 22.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;
- 22.11 O Edital e seus anexos inclusive o Projeto Básico, poderão ser examinados e adquiridos no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro



PMSPA				
Proc. nº				
Folha nº				
Rub				

da Aldeia, situada a Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia - RJ, no horário das 09:00 às 17:00 horas.

22.12 - Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro, na Sala da Comissão Permanente de Licitações na rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro - São Pedro da Aldeia – RJ, no horário das 09:00 às 16:00 horas, podendo os interessados solicitar informações ou retirar dúvi

das mediante telefone nº (022) 2621-7098 e e-mail: compras@pmspa.rj.gov.br.

XXIII - DO PRAZO DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1 - O Prazo da Assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da Nota de Empenho, conforme previsto no art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

XXIV - DO PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

24.1 – O prazo para entrega será de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem de início de serviço.

XXV – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1 - A execução do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

XXVI – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

26.1 - A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

XXVII - DO FORO

27.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ.

XXVIII - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Planilha de Composição de Preços
Anexo III	Carta de Credenciamento
Anexo IV	Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
Anexo V	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração
Anexo VII	Análise Econômico-Financeira
Anexo VIII	Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional
Anexo IX	Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo X	Minuta do Contrato



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub

Anexo XI Cronograma de Desembolso Máximo Anexo XII Cronograma Mensal de Desembolso

São Pedro	da Aldeia,	23 de	março	de	2018.

Paulo Souza de Oliveira Júnior Elaborador



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina, poda de árvores, roçado em terreno de vegetação pouco densa e média densidade, limpezas de galhos secos e corte de material proveniente de poda, varredura e de limpezas diversas na Rede de Ensino de São Pedro da Aldeia, observando sempre as leis de proteção ambiental vigente em todas as esferas Municipal, Estadual e Federal.

II. JUSTIFICATIVA:

A necessidade da contratação através deste processo de licitação é em razão deste município garantir um ambiente saudável para a recreação escolar bem como a segurança e conservação desses bens públicos, como também de controlar a proliferação de vetores de doenças como dengue e carrapatos, eliminando todos os focos. Notar que a justificativa é praticamente compulsória, tanto por princípios de economicidade, quando por princípios de preservação do bem-estar de alunos, professores e apoio. As condições pré-capina são tão precárias, que podem produzir incidentes cujo custo corretivo financeiro será maior do que o custo total do contrato que aqui se propõe; fora o incomensurável valor negativo da atribulação humana.

III. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

Os serviços serão executados conforme especificado abaixo:

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

O prazo de execução dos serviços será de 12(doze) meses, a partir da emissão da Ordem de início dos Serviços com a disponibilidade imediata, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

IV. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	1	SERV	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de capina, poda de arvores, roçado em terreno de vegetação pouco densa e media densidade, limpezas de galhos secos e corte de material proveniente de poda, varredura e de limpezas diversas na Rede de Ensino de São Pedro da Aldeia, observando sempre as leis de proteção ambiental vigente em todas as esferas Municipal, Estadual e Federal. Os Serviços serão efetuados em todas as 45 Unidades citadas no item 3.do presente Termo de Referencia
1.1	54,00	UND	Poda de árvores, limpeza de galhos secos e retirada de parasitas.
1.2	13.274,39	M ²	Capina de ervas, gramíneas, etc em área de brita.
1.3	9.259,23	M ²	Roçado em vegetação rala, com empilhamento lateral e retirada dos resíduos
1.4	9.668,05	M ²	Roçado em vegetação espessa, com empilhamento lateral e retirado dos resíduos.
1.5	2.334,56	M^2	Roçado a foice e machado em mata de pequeno porte e retirada dos resíduos
1.6	345,36	M3	Retirada de material proveniente de poda, de varredura, ou de limpezas diversas, a ser feita em caminhão com no mínimo 4,00m³ de capacidade, compreendendo carga, descarga e transporte até 10km de distância.

IV-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A) Ter conhecimento das áreas das Unidades onde será executado o serviço.
- B) Executar os Serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- C) Reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 15(quinze) dias, os serviços efetuados em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou dos materiais empregados, a critério da administração;
- D) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta e os pressupostos deste Termo de Referência;
- E) Arcar com a responsabilidade civil e/ou criminal por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União, Estado, Município ou a terceiros;
- F) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, e os equipamentos a serem por eles empregados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- G)Apresentar à contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão os estabelecimentos da rede escolar para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá da empresa;
- H) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere suas responsabilidades à administração pública municipal;
- I) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da SEMED, das unidades escolares, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas, quando for o caso;
- J) Relatar à Departamento de Infraestrutura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- K) Não se utilizar nem permitir o emprego de menor nas atividades;
- L) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

K

M)Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato:

N) Arcar com o ônus decorrente de eventual equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do Parágrafo 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1983.

V – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- e) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Estabelecer junto à Contratada qual o horário de execução dos serviços, devendo em princípio, coincidir com o horário de funcionamento de cada estabelecimento;

VII – <u>CONTROLE DA EXECUÇÃO</u>

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração da SEMED.

VIII – <u>RELAÇAO DOS ESTABELECIMENTOS E SEUS ENDEREÇOS</u>

N°	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
um	E.Mz Adalgiza da Silva Lobo	Est. Morro dos Milagres,1614- Morro dos Milagres
2	E.M Antônio Rodrigues dos Santos	R: Silvino Pereira Damasceno- s/n°- Porto do Carro
3	E. M Antônio Vaz da Silva	R: Honório Sampaio- Rec. Do Sol
4	E.M Aurelino Martins dos Santos	Travessa Horizonte- Colina
	E.M Barnabé Mariano de Souza	Estrada da Sergeira - Cruz
6	E.Mz Capitão Costa	Estrada da Cruz- Cruz
7	E.M Carlota Rocha da Silva	R: Odílio Joaquim Antunes- Ponta do ambrósio
8	E.M Prof ^a Carolina Nazareth Teixeira Pinheiro	R: Santa Amélia- Estação
9	Creche M. Comunitária Dona Chica	R: Juscelino Kubstheck- Soledade
10	Creche M. Comunitária Tia Fátima	R: Eugênio de Moraes- Campo Redondo
11	Creche Municipal Tia Márcia	R: Carlos Costa- Poço Fundo
12	E. M Dulce Jotta de Souza	R: Euclides da Cunha- São João
13	E. M Prof ^a DulcindaJotta Mendes	R: Carlinda Araújo- São João
14	E.MzElízio da Costa Moreira	Est. da Sapucaia, s/nº- Três Vendas
15	E. M Elízio Henrique de Paiva	Estrada da Flexeira- Flexeira
	E. M. Elizio Ignácio Rangel	Estrada da Baleia-Baleia
17	E.M Flonete Alexandrino da Silva	Estrada do Boqueirão- s/n°

		Poço Fundo
18	E.M Francisco Paes de Carvalho Filho	R: Apolinário R. Soares- Boqueirão
19	E.M Jamila Motta da Silva	R: Trav. Esperança,44- São João
20	E. M. Jardim Primavera	R: Corretor José Zaponi- Jardim Primavera
21	E.Mz José Guimarães	R: Henrique P. Monteiro - Porto da Aldeia
22	E. M José Teixeira Paulo	R: Francisco Orlando- Balneário
23	E.Mz Lucinda Franciscone Medeiros	Est. Do Alecrim, 51- Porto do Carro
24	E.M Luiza Terra de Andrade	Estrada da pedreira- Campo Redondo
25	E.Mz Manoel Martins Teixeira	Est. Velha Sapeatiba- Sapeatiba
26	E.Mz Manoel Moraes da Silva	Est. Dos Passageiros- Campo Redondo
27	E.M Prof ^a Maria Celeste Campos	Av. Maracanã- Baixo Grande
28	E. M Prof ^a Maria da Glória Santos Motta	R: Santa Catarina- Praia Linda
29	E. M Menino Jesus	R: Iracy dos Santos,72- Fluminense
30	E.M. Prof ^a Miriam Alves de M. Guimarães	Rodovia RJ 140 - KM 21 - Bairro Fluminense
31	E.Mz Paineira	R: Leci Pereira de Souza- s/n°- Balneário
32	E.Mz Paulo Roberto Marinho	Rod. Amaral Peixoto, km115- São Matheus
33	EMESPPE	R: Rodrigues dos Santos,n°178 Estação
34	E.MzPequiá	R: Fausto Ferreira- Rua do Fogo
35	E.M Dr Plínio de Assis Tavares	Est. Do Retiro- Pau Ferro
36	E.M. Quilombola Dona Rosa da Silveira	Botafogo

37	E.Mz Retiro	Estr. Retiro,199-Retiro
38	E.M Rubem A. Câmara	R: das Violetas - Soledade- Morro dos Milagres
39	E.M São Francisco de Assis	Av. Brasil- Parque Arruda
40	E.Mz.Vidal de Negreiros	R: Quaresma, 30- Alecrim
41	E. M Vinhateiro	Estr. dos Passageiros- Vinhateiro
42	Horto Escola Artesanal	Rod. Amaral Peixoto, km108- Balneário
43	Escola de Artes Municipal	R: Francisco Santos- Nova São Pedro
44	Núcleo de Educação e Cultura Ozimar da Silveira Maurício	Lot. Eugênio de Moraes- Lot 1 Campo Redondo
45	Centro de Formação Continuada Prof ^a Ismênia Trindade dos Santos	R: Francisco Santos- Nova São Pedro

São Pedro da Aldeia, RJ, 24 de janeiro de 2018.

LUIZ GONZAGA SORRENTINO

Subsecretário de Infraestrutura da SEMED Matricula 31.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI



Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Data do Certame: 12/04/2018 **Hora:** 09:30

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina, poda de árvores, retirada de parasitas e limpeza de pátios escolares, para atender às necessidades das escolas mu nicipais da rede de ensino de São Pedro da Aldeia.

			PREGÃ	O PRESENCIAL
Item Produto	Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
1 Capina de ervas, gramíneas, etc em superfície ensaibrada, 13.274,39 m² Descr:	M2 _	12,00	1.991,1600	23.893,92
2 Poda de árvores, limpeza de galhos secos e retirada de parasitas, 54 unidades Descr:	UN	12,00	3.485,7000	41.828,40
3 Retirada de material proveniente de poda, de varredura ou de limpezas diversas, a ser feita em caminhão com no mínimo 4,00 m³ d e capacidade, compreendendo carga, descarga e transporte até 10Km de distância, 345,36 m³ Descr:	M3	12,00	3.595,2000	43.142,40
4 Roçado a foice e machado em mata de pequeno porte sem destocamento ou remoção, 2.334,56 m² Descr:	M2	12,00	4.342,2800	52.107,36
5 Roçado em vegetação espessa, com empilhamento lateral e retirada dos resíduos, 9.668,05 m² Descr:	M2	12,00	8.991,2900	107.895,48
6 Roçado em vegetação rala, com empilhamento lateral e retirada dos resíduos, 9.259,23 m² Descr:	M2	12,00	2.407,4000	28.888,80
			Valor Global	R\$297.756,36



	PMSPA
4	Proc. nº
	Folha nº
	Rub.

ANEXO III

(Papel timbrado da Empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO



	PMSPA
4	Proc. nº
0	Folha nº
	Rub.

ANEXO IV

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITUA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz – nº 61 – Centro - São Pedro da Aldeia – RJ.

Ref. ao Pregão Presencial Nº 012/2018

DECLARAMOS ter conhecimento do Edital do Pregão Presencial Nº 012/2018 que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Carimbo da Empresa Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

	PMSPA
Proc. nº _	
Folha nº _	
Rub.	

<u>ANEXO V</u>

(Papel timbrado da empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À PREFEITUA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz – nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia - RJ

Ref. ao Pregão Presencial Nº 012/2018

DECLARAMOS conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666 de1993 e suas alterações, Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/1989 e legislação pertinente.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

(Local e Data)

Carimbo da Empresa Assinatura o Representante Legal



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub.

ANEXO VI

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO

A firma / Empresa	,n°	,sediada na rua , (cidade)
(estado), inscrita no Cadastro No por seu representante lega sob as penas da lei, que não está so contratar com a Administração, ci posteriores.	l (Diretor gerente, Prop ujeita a qualquer imped	orietário , etc.) DECLARA, imento legal para licitar ou
,de		de
Assinatura	a do representante legal	



ſ	PMSPA
١	Proc. nº
	Folha nº
	Rub.

ANEXO VII

(Papel timbrado da Empresa)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente - ILC, de liquidez geral - ILG e solvência geral - SG.

ILC= <u>Ativo Circulante</u>
Passivo Circulante
ILG= <u>Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo</u>
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo
SG= Ativo Total
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Índice de Liquidez corrente	Índice igual ou maior que 1,00
Índice de Liquidez geral	índice igual ou maior que 1,00
Solvência geral	índice igual ou maior que 1,00



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub.

ANEXO VIII

(Papel timbrado da Empresa)

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL

O(A) empresa	, inscrita no CNPJ
nº	, sediada na
	, DECLARA que não possui no seu
noturno, perigoso ou insalubre e menor trabalho, salvo na condição de apro	nor de 18(dezoito) anos atuando em trabalho de 16(dezesseis) anos atuando em qualquer endiz, a partir de 14(quatorze) anos, em eciso XXXIII da Constituição Federal, conforme ederal nº 8.666/93.
Local e Data	
(Assinatura e Carimbo do Declarante)	



ľ	PMSPA
V	Proc. nº
	Folha nº
1	Rub.

ANEXO IX

(Papel timbrado da Empresa)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Presencial Nº 012/2018

inscrita no CNPJ no , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) e do CPF no
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



respectiva Ordem de Serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

	PMSPA
Proc. nº _	
Folha nº _	
Rub.	

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO N° 957/2017
CONTRATO N°/2018
Por este Termo de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
<u>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</u> :
1.1 - A CONTRATADA, vencedora da Licitação pelo regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço Global, referente ao PREGÃO Presencial Nº 012/2018, obriga-se a prestar serviços de capina, poda de árvores, roçado em terreno de vegetação pouco densa e média densidade, limpeza de galhos secos e corte de material proveniente de poda, varredura e de limpezas diversas na rede de Ensino de São Pedro da Aldeia, conforme o Instrumento Convocatório e seus anexos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALORDO CONTRATO:
2.1 - O valor global deste contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:
3.1 - Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará a secretaria solicitante dos serviços, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo servidor designado, em 03 vias, acompanhada da

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados pela PMSPA, através da conta corrente da empresa, pelo setor de Tesouraria, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento dos serviços.

Parágrafo Segundo - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.



	PMSPA
Proc. nº _	
Folha nº _	
Rub.	

Parágrafo Terceiro - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADAno Banco correspondente.

Parágrafo Quarto - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e, após, protocolizado na Secretaria Municipal de Educação. Verificados erros no preenchimento da nota fiscal/fatura, será fixado novo prazo de até 30 (trinta) dias, que será contado a partir da nova apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

Parágrafo Quinto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de ato praticado pela Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) à título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação, e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado "*pro rata die*" entre o dia do pagamento e o 30° (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUARTA- DA REVISÃO E REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se aos Contratantes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - O critério de reajuste obedecerá ao índice do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

<u>CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</u>

5.1 - A despesa decorrente da execução da licitação a que se refere este Termo de Contrato, correrá de acordo com as seguintes Dotações: Dotação: 090000.12.122.001.1.20103 — Elemento de Despesa: 3390399900 - Ficha 487; Dotação: 090000.12.361.026.1.12601 — Elemento de Despesa: 3390399900 — Ficha 527 e Dotação: 090000.12.361.026.24.12601 — Elemento de Despesa: 3390399900 - Ficha 528, da Secretaria Municipal de Educação.

<u>CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO</u>:

6.1 - Por ocasião da execução do objeto, a Contratada deverá colher no comprovante, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pela fiscalização.

Parágrafo Primeiro - Constatadas irregularidades na execução objeto, o Contratante poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando a correção do que for necessário, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub.

complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Parágrafo Segundo - Executado o contrato, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
- b) definitivamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que compor a adequação ao objeto e aos termos contratuais, observando o disposto no Art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

7.1 - Este contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO

8.1 - Este instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, do mesmo instrumento legal.

<u>CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>

- 9.1 De acordo com o que preconiza o Art. 81, da lei 8.666/1993, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

- II Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a



PMSPA	
Proc. nº	
Folha nº	
Rub.	

Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro - A penalidade por multa será:

- I de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

Parágrafo Quarto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Quinto - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- A) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações e os termos de sua proposta;
- B) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- C) Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- D) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;



	PMSPA
Proc. nº _	
Folha nº _	
Rub.	

- E) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- F) Estabelecer junto à Contratada qual o horário de execução dos serviços, devendo, em princípio, coincidir como o horário de funcionamento de cada estabelecimento.
- G) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- B) Reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou dos materiais empregados, a critério da administração;
- C) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta e os pressupostos do termo de Referência;
- D) Arcar com a responsabilidade civil e/ou criminal por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- E) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, e os equipamentos a serem por eles empregados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- F) Apresentar à contratante, a relação nominal dos empregados que adentrarão os estabelecimentos da rede escolar, para execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá da empresa;
- G) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere suas responsabilidades à Administração Pública Municipal;
- H) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), das unidades escolares, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas, quando for o caso;
- I) Relatar ao Departamento de Infraestrutura da SEMED, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- J) Não se utilizar nem permitir o emprego de menor nas atividades;
- K) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal, Fazenda Estadual e fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIPE com informações de tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;
- L) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.



PMSPA
Proc. nº
Folha nº
Rub.

M) Arcar com ônus decorrentes de eventual equivoca no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do Parágrafo 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração da SEMED.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à prestação do serviço, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Termo.

Parágrafo Segundo - A Contratada submeter-se-á a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega ou realização do serviço.

Parágrafo Terceiro - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1 - O Prazo da Assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da Nota de Empenho, conforme previsto no art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOPRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

13.1 − O prazo para entrega do objeto será de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem de início de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

14.1 - A execução do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:</u>

15.1 – A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de



	PMSPA	
١	Proc. nº	
)	Folha nº	
	Rub.	

Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1 - Aplica-se ao Edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela lei Federal nº 8.666/1993 e pela Lei nº 10.520, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do cumprimento/descumprimento deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 2018.

CONTRATADA



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Estado do Rio de Janciro Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

OBRA:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA, ROÇADO EM TERRENO E PODA DE ÁRVORES NA REDE ENSINO

São Pedro da Aldeia - RJ. LOCAL:

REFERÊNCIA	1º MÊS	2º MĒS	3° MÉS	4º MĒS	5° MÈS	6º MĚS	7° MES	8° MES	9 MĒS	10° MËS	11º MĒS	12º MÊS	TOTAL
Total no més:	29.477,88	29.477,88	29.477,88	29.477,88	23.522,75	22,331,72	22,331,72	22.331,73	22,331,73	22.331,73	22.331,73	22.331,73	297.756,36
% do valor total	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	7,90%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	100%
Total Acumulado:	29,477,88	58,955,76	88.433,64	117.911,52	141.434,27	163.765,99	186.097,71	208.429,44	230.761,17	253.092,90	275.424,63	297.756,36	297.756,36

BASE DE CÁLCULO - Referencia Emop - Outubro - 2017

custario de Urbanismo

Luciano Da Silveira Pereira Diretor de Obras Públicas e Orçamentos PMSPA

Anexo III - Cronograma Mensal de Desembolso



Rua Marques da Cruz, 61 Centro SãO PEDRO DA ALDEIA - RJ CNPJ: 28,909,604/0001-74

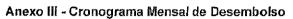
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Código	Descrição	Janeir	o Fevereir	o Març	o Abri	il Mai	o Junh	o Julh	o Agosto	Setembr	o Outubro	Novembro	Dezembr	O TOTAL
1 - CÂMA	RA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDE	IA				•								
01.00.00	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	2.085.254,3	1 913.416,1	5 631,427,3	6 483.525,45	5 478.649,5	7 666,371,2	1 403.073,3	12 416.888,33	464.021,9	1 472.961,03	555.038,46	555.851,1	1 8.126.478,23
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	2.085.254,3	913.416,1	5 631.427,3	6 483.525,48	478.649,5	7 666.371,2	1 403.073,3	2 416.888,33	464,021,91	472,961,03	555.038,46	555.851,1°	8.126.478,23
2 - PREFE	EITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA AL	.DEIA												
02.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.259.893,07	551.878,34	381.503,08	3 292.142,00	289,195,03	402,615,87	7 243.533,50	251,880,41	280.358,12	285.759,07	335.349,56	335.840,55	4.909.949,6D
03,00,00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	543,992,00	238.288,00	164.724,00	126.140,00	124.868,00	173.840,00	105.152,00	108.756,0D	121,052,00	123,384,00	144.796,00	145.008,00	2.120.000,00
04.00.00	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	238.992,11	104.687,11	72,368,23	55,417,11	54.858,28	76.373,16	6 46,196,45	47,779,79	53.181,80	54.206,32	63,613,25	63,706,39	931.380,00
05.01.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	590,102,15	258.485,90	178,686,43	136,831,95	135,452,13	188.575,12	114.064,95	117.974,44	131,312,68	133,842,34	157.069,28	157,299,25	2,299,696,60
05.02.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	103.326,15	45.260,56	31.287,77	23,959,10	23.717,50	33.019,27	19,972,63	20.657,18	22.992,69	23.435,63	27,502,63	27,542,90	402.674,00
05.03.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	609.553,30	267.006,20	184,576,35	141.342,25	139.916,95	194.791,00	117.824,80	121,863,15	135.641,05	138.254,10	162.246,65	162.484,20	2.375.500,00
05.04.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	247.440,41	108.387,77	74,926,42	57,376,09	56.797,51	79.072,93	47.829,48	49,468,80	55.061,76	56.122,49	65.861,96	65,958,39	964.304,00
05.05.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	120,177,32	52.641,99	36,390,41	27,866,53	27,585,52	38,404,29	23.229,91	24.026,10	26.742,50	27,257,68	31,987,96	32.034,80	468.344,99
06,00,00	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	290,984,40	127.461,60	88,111,80	67,473,00	66.792, 6 0	92,988,00	56.245,40	58.174,20	64.751,40	65,998,80	77,452,20	77.565,60	1.134.000,00
07,00.0D	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO	2.596.069,29	1.137.171,43	785.105,16	601,972,42	595.902,11	829.609,05	501.812,30	519.011,52	577.691,18	588.820,08	691.003,64	692.015,35	10.117.183,53
08,00,00	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	25.660,00	11.240,00	7.770,00	5,950,00	5,890,00	8.200,00	4.960,00	5.130,00	5.710,00	5,820,00	6.830,00	6.840,00	100.000,00
09.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6.288.853,19	2.754.743,18	1,904,302,00	1.458.249,28	1,443.544,24	2.009.688,08	1.215.616,21	1,257,280,47	1,399.429,14	1,426.388,37	1,673.923,12	1,676,373,96	24,508,391,24
10.00.00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA 1 EDUCAÇÃO BÁSICA	11,331,712,60	4,963,696,40	3.431.309,70	2,627,579,50	2,601,082,90	3.621.202,00	2,190,385,60	2.265.459,30	2.521.693,10	2.570.170,20	3.016.196,30	3,020,612,40	44,161,000,00
11.01.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÁO ESTRATÉGICA	1.077.678,94	472.062,02	326.327,57	249,890,48	247.370,58	344.386,88	208.312,06	215.451,79	239.810,86	244.430,69	286.849,07	287.269,06	4,199.840,00
11.02.00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS	82.961,35	36.340,04	25.121,19	19.236,95	19.042,96	26.511,42	16.036,18	16.585,80	18.461,00	18.816,64	22.082,07	22.114,40	323.310,00
12,01,00	SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA	534,027,41	233.923,15	161.706,66	123,829,43	122,580,73	170,655,68	103.225,87	106.763,86	118.834,63	121.123,91	142,143,69	142.351,B1	2,081.166,83
2,02.00	SUBSECRETARIA DE TRABALHO E RENDA	42,595,60	18.658,40	12.898,20	9,877,00	9.777,40	13.612,00	8.233,50	8.615,80	9.478,60	9.661,20	11.337,80	11,354,40	166,000,00
3.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.182.639,60	956.074,40	660.916,20	506.107,00	501.003,40	697,492,00	421.897,60	436,357,80	485.692,60	495.049,20	580.959,80	581.810,40	B.506.000,00
4.00.00	SEGRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	2,745,591,65	1,202.667,58	B31.381,42	636.643,43	630.223,49	877.390,94	530.714,52	548.904,33	610.963,69	622.733,57	730.802,45	731.872,44 10	1.699.889,53
5.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE, LAGOA E SANEAMENTO	5,400,726,30	2,365,711,75	1.635.371,92	1.252,311,83	1,239,683,47	1.725.875,12	1,043,943,98	1,079,724,31	1.201.798,41	1.224.950,39 1	.437.527,69 1	.439,632,42 21	1,047,257,60
6,00,00	SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA 1	.854.586,76	812.375,50	561.579,86	430.038,63	425,702,11	592,658,28	358.485,98	370.772,80	412.692,53	420.642,83	493.640,98	494.363,74 7	,227,540,00
7.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	37.463,60	16.410,40	11.344,20	8.687,00	6.599,40	11.972,00	7.241,60	7.489,80	8.336,60	8.497,20	9.971,80	9.986,40	146.000,00









PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61 Centro SãO PEDRO DA ALDEIA - RJ CNPJ: 28.909.604/0001-74

Código	Descrição	Janeiro	o Fevereiro	o Marçe	o Abr	il Maio	Junho	o Julh	o Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembr	o TOTA
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO): 38.205.027,2°	0 16.735.171,7	1 11.568.708,5	7 8.858.920,9	8 8.769.587,31	12.208.933,09	9 7.384.915,0	32 7,638,027,65	8.501.586,34	8.665.364,71	10.169.147,90	10.184.036,8	86 148.889.427,9
3 - INSTIT	UTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL													
18,00,00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	7,118,802,48	3,118,290,72	2 2,155,615,56	1,650,696,60	1.634.050,92	2.274.909,60	1.376.042,8	8 1.423.205,64	1,584,113,88	1.614.630,96	1,894,833,24	1.897.607,5	2 27.742.800,0
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO	7.118.802,48	3.118.290,72	2,155,615,56	1,660,696,60	1.634,050,92	2.274.909,60	1.376.042,8	8 1.423.205,64	1.584.113,88	1,614,630,96	1.894.833,24	1,897,607,6	2 27,742,800,00
4 - FUNDO	MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL												٠	
19.00,00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS VINCULADOS	238,900,40	104.646,94	72.340,46	55,395,84	54.837,23	76,343,85	46.178,72	47,761,46	53,161,39	54,185,52	63,588,84	63.681,95	931,022,60
20,00,00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS PRÓPRIOS	836.787,56	366,542,95	253,384,23	194,032,97	192.076,33	267.406,78	161.748,49	167.292,29	186,206,43	189.793,59	222.730,28	223.056,39	3.261.058,30
														AND CONTRACTOR OF MINISTERS
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	1.075.687,96	471.189,89	325.724,69	249,428,81	246.913,56	343,750,63	207.927,21	215.053,75	239.367,82	243.979,11	286,319,12	286.738,34	4.192.080,90
5 - FUNDO	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A	·	·	325.724,69	249.428,81	246.913,66	343,750,63	207.927,21	215.063,76	239.367,82	243.979,11	286,319,12	286.738,34	4.192,080,90
		·	·	325.724,69 35.198,95	249.428,81 26.954,15	246.913,56 26.682,34	343,75 0,63 37.146,90	207.927,21 22,469,34	215.053,75 23.239,46	239.367,82 25.866,92	243.979,11 26.365,24	286,319,12 30,940,65	286.738,34 30.985,95	4,192,080,90 453.010,94
	MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A	ADOLESCEN	ITE	•	,	·	ŕ	·	·	·	ŕ	,		
21.00.00	MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ADOLESCEN 116.242,61	50.918,43	35.198,95	26.954,15	26,682,34	37.145,90	22,469,34	23.239,46	25.866,92	26.365,24	30.940,65	30.985,95	453.010,94
21.00.00	MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	ADOLESCEN 116.242,61	50.918,43	35.198,95	26.954,15	26,682,34	37.145,90	22,469,34	23.239,46	25.866,92	26.365,24	30.940,65	30.985,95 30.985,95	453.010,94
21.00.00 5 - FUNDO	MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: MUNICIPAL DE SAÚDE	116.242,61 116.242,61 116,242,61	50,918,43 50,918,43 742,733,58	35,198,95 35,198,95 513,437,72	26.954,15 26.954,15	26,682,34 26,682,34 389,208,26	37.146,90 37.146,90	22,469,34 22,469,34 327,754,32	23.239,46 23.239,46 338.987,84	25.866,92 25.866,92 377.313,95	26,365,24 26,365,24 384,582,69	30.940,65 30.940,65	30.985,95 30.985,95	453.010,94 453.010,94 6.807.950,00
21.00.00 5 - FUNDO I	MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E A FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ADMINISTRATIVO	116.242,61 116.242,61 116,242,61 1.695,599,97 5,151,559,59	50,918,43 50,918,43 742,733,58	35,198,95 35,198,95 513,437,72 1,559,922,79	26.954,15 26.954,15 393.173,03	26,682,34 26,682,34 389,208,26 1,182,489,73	37.146,90 37.146,90 541.851,90	22,469,34 22,469,34 327,754,32 995,780,83	23.239,46 23.239,46 338.987,84 1.029.910,41	25.866,92 25.866,92 377.313,95 1.146.352,53	26.365,24 26.365,24 384.582,59 1.168.436,38	30.940,65 30.940,65 451.322,99 1.371,205,26	30.985,95 30.985,95 451.983,78	453.010,94 453.010,94 6.607.950,00





25.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	15.909,20	6.968,80	4.817,40	3.689,00	3.651,80	5.084,00	3.075,20	3,180,60	3.540,20	3.608,4D	4.234,60	4.240,80	62,000,00
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	15.909,20	6.968,80	4.817,40	3.689,00	3.651,80	5.084,00	3.075,20	3,180,60	3,540,20	3.608,40	4.234,60	4.240,80	62.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA



Rua Marques da Cruz, 61 Centro SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ CNPJ: 28.909.604/0001-74

Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abrii	Maic Maic) Junho	odlut o	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
8 - FUNDO	DA PROCURADORIA GERAL													
26.00.00	FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	41.056,00	17.984,00	12.432,00	9.520,00	9,424,00	13,120,00	7.936,00	8.208,00	9.136,00	9.312,00	10,928,00	10.944,00	160.000,00
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	41.056,00	17.984,00	12.432,00	9.520,00	9.424,00	13.120,00	7.936,00	8.208,00	9.136,00	9.312,00	10.928,00	10,944,00	160.000,00
TOTAL GE	RAL DA DESPESA:	61.968.030,22	27.144.219,02	18,764,286,66	14.369,048,33	14.224,160,35	19,802,722,04	11,978.231,87	12,388,776,11	13,789,456,47	14.055,102,74	16,494,218,46	16,518.368,15 2	11.496,610,39
	Lies				c_{μ_b}							A	Û/	

Silvana da Silva Pires Secretária de Gestão Estratégica Matrícula 32635

Claudio Unumpinno

São Pedro da Aldei Rico Pede janeiro de 2018

Carlos Rohan Junior

Sec. Municipal de Fazenda Matricula 30897